

ACERVOS PESSOAIS DE EDUCADORES: Do traçado manual ao registro digitalMaria Teresa Santos Cunha¹**Eixo 1 – História da Educação****Trabalho encomendado**

Os intelectuais têm um processo de formação e aprendizado, sempre atuando em conexão com os outros atores sociais e organizações, intelectuais ou não, e tendo intenções e projetos no entrelaçamento entre o cultural e o político. Nessa acepção, o conceito de intelectual é, como todos os conceitos políticos e sociais, fluído e polissêmico.

(Angela de C. Gomes e Patrícia S. Hansen, 2016, p. 12)

A descoberta e a pesquisa dos/nos acervos pessoais propiciou ao historiador/pesquisador profundas reflexões por colocarem em cena novos autores, novos objetos e novas fontes. Desde os anos 1970 há, assim, um esforço de reflexão sobre acervos pessoais oriundo das propostas dos Anais; da micro-história; da nova história política que faz emergir uma diferente cultura de pesquisa que se consubstancia na criação do CONARQ em 1990.²

A constituição de arquivo/acervo pessoal formula interrogações sobre as motivações do processo de produção e acumulação documental, já que o gesto de guardar documentos é atravessado por uma fabricação material e simbólica. Todas nós produzimos arquivos. Guardamos objetos, documentos pessoais e isso parece ser um processo tão *natural* que sequer se percebe sua existência: guardados na gaveta da mesa de trabalho, em uma pasta no fundo do armário, escondidos no meio de um livro esquecido na estante, entre tantos outros lugares. É também importante sublinhar quais são as configurações destes acervos pessoais, decorrentes do seu deslocamento para o espaço público. Por que estes objetos foram

¹ Professora do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina/UEDESC/Florianópolis. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-Mail: mariatsc@gmail.com

² O Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ é um órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, que tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo. A Constituição Federal de 1988 e particularmente a Lei nº 8159 de 8 de novembro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados

guardados? Quais as condições e motivações que permearam a doação para um arquivo público? Como se caracteriza essa instituição? Como esses objetos foram dispostos e organizados?

A aparente mudez desses documentos nos conduz a um mundo pretérito, dotado da tessitura de tramas cotidianas e da produção de significados, numa mediação entre passado e presente. Uma *realidade* passada torna-se acessível, uma vez que documentos pessoais, ordinários podem ser considerados vestígios de sensibilidades circunscritas num tempo e espaço. Ao contemplá-los e percebê-los como objetos de memória, o exercício da reflexão propicia a elaboração de perguntas sobre as circunstâncias históricas de produção e de consumo desses, em geral, suportes da cultura escrita, como a produção de significados pelos sujeitos que os produziram. “Significados que não se encontram imediatamente revelados ao nível da experiência sensível, mas que demandam um complexo trabalho de decodificação, análise, interpretação” (ABREU, 1996, p.28).

São compreendidos no âmbito dos arquivos pessoais, isto é, os conjuntos de papéis e material audiovisual ou iconográfico reunidos no decurso da vida de uma pessoa (BELLOTO, 2004). Constituir um arquivo pessoal é concernente à sociedade grafocêntrica, com o imperativo da escrita na vida dos sujeitos. As práticas da cultura escrita são sustentadas pelas escolas e a burocracia civil necessita registrar nossa existência com a gestão e guarda de papéis. Belloto explica que um arquivo pessoal é constituído de dois momentos distintos, cujos usos respondem a diferentes motivações.

O primeiro momento corresponde ao processo de acumulação documental e sua utilização no cotidiano, como uma forma de comprovar a existência civil do sujeito perante as instituições ou um modo de remeter a seus relacionamentos com pessoas. No segundo momento, o da preservação, o arquivo pessoal extrapola a finalidade jurídica, profissional ou pessoal do seu titular e seu uso é destinado a pesquisa científica, realizada por terceiros. O trabalho de HEYMANN (2009) ajuda a pensar as etapas de um arquivo pessoal. A autora acentua a necessidade de investigar as especificidades do processo de acumulação documental, processo este que se caracteriza como uma prática dinâmica operada em diferentes temporalidades e por diferentes motivações e que expressa a relação dos titulares com a guarda dos seus papéis ao longo dos anos. Seus apontamentos sugerem a análise do trajeto percorrido pelos documentos, da acumulação documental operada pelo titular à organização do arquivo pelo profissional:

Entre os procedimentos que, hoje, me parecem mais importantes, encontram-se o levantamento da história de cada fundo, o contato com as pessoas envolvidas na acumulação, ordenamento e guarda dos papéis – antes e depois da morte do titular –, bem como o investimento nas intenções, projeções e expectativas depositadas no arquivo por esse último, tanto no momento em que seleciona documentos para serem guardados como depois, ao vislumbrar a possibilidade de atribuir a seu acúmulo documental um valor histórico ou patrimonial (HEYMANN, 2009, p.55).

Na fase de acumulação documental, o titular arruma a papelada e os objetos, realizando triagens que são guiadas por intenções sucessivas e distintas, conforme as circunstâncias da vida, como um casamento, o momento de abandonar o teto familiar ou a ocasião da morte de algum familiar. “E quando não o fazemos, outros se encarregam de limpar as gavetas por nós” (ARTIÈRES, 1998, p.10). Após a morte do titular, ocorre a interferência dos familiares, que resulta num rearranjo do acervo e, quando os conjuntos documentais são doados a uma instituição que abrigue acervos históricos, outros atores, como historiadores, arquivistas e documentalistas, interferem no acervo, organizando-os de um modo que responda as demandas oriundas da pesquisa histórica (HEYMANN, 1997). Essas interferências permitem refletir sobre a suposta trajetória do sujeito, expressa na configuração dos acervos pessoais em instituições públicas, dado que a prática de guardar e preservar documentos é permeada por sucessivas manipulações e triagens.

O conjunto abundante dessas “autobiografias materiais” (CALLIGARIS, 1998) acumuladas apontam para sua importância como fontes/documentos de pesquisa em áreas do saber acadêmico. Sem dúvida, como aponta Arlette FARGE, a “descoberta de um arquivo é um maná que se oferece” (2009, p.15), maná este composto por fragmentos de memória viva, que se transformam em objetos-relíquias, dotados do poder de recordar amizades e amores (RANUM, 1992) e objetos biográficos, que envelhecem com suas donas ou donos e que representam aventuras afetivas (BOSI, 2003).

Ao arquivar sua vida, o guardador imortaliza uma época e produz representações e marcas de si mesmo. Os objetos autobiográficos que compõem um arquivo pessoal materializam uma proposta de leitura associada à imagem que se quis preservar de si mesmo. À constituição da memória material há a intenção de perpetuar-se, de “forjar uma glória” (RIBEIRO, 1998, p.35). Artières percebe nesse procedimento a produção de subjetividade:

Dessas práticas de arquivamento do eu se destaca o que poderíamos chamar uma intenção autobiográfica. Em outras palavras, o caráter normativo e o processo de

objetivação e de sujeição que poderiam aparecer a princípio, cedem na verdade o lugar a um movimento de subjetivação. [...] Arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência (ARTIÈRES,1998, p.11).

Considerando que o Tempo Presente equivaleria ao tempo de uma experiência de vida, ou seja, sinônimo de uma contemporaneidade histórica construída pela presença de testemunhos pessoais e materiais procura-se preservar os rastros (no caso em estudo, nos acervos pessoais) para *assegurar aos historiadores os testemunhos de cada geração, o modo de pensar e de atuar de seus elementos quando em sua contemporaneidade* (Bellotto,2006,p.24). Assim, na perspectiva dos seus propositores e como bem exprimiu o professor francês François Bédarida , primeiro diretor do Instituto de História do Tempo Presente – IHTP, entre 1978 e 1991:

O Tempo Presente, indubitavelmente, constitui um espaço de tempo minúsculo, um simples ponto passageiro e fugaz, uma vez que sua característica é o seu desaparecimento no momento mesmo em que ele começa a existir (...).A escrita dessa História é, ao mesmo tempo, análise do passado, perspectiva do presente e antecipação do futuro.³

Preservar, divulgar e criar condições para consulta pública de variados documentos considerados como patrimônios do tempo presente é uma das finalidades do Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH)⁴, como local de pesquisa que intenta propiciar uma análise do passado com olhos do presente. Este Instituto está situado em Florianópolis (SC) e busca ser um centro de documentação destinado desenvolver pesquisas, receber, tratar, armazenar acervos pessoais e institucionais e documentos em diversos suportes, estimulando a produção, socialização e estruturação de conhecimento gerado na área de Ciências Humanas pela comunidade científica da FAED e pela comunidade externa. .

Em sua estrutura, o Instituto de Documentação e Investigação em Ciências humanas (IDCH) tem por objetivos:

³ Cf, BÉDARIDA, François. <http://www.caim.info/revue-vingtieme-siecle-revue-d-histoire-2001- page-153.htu>

⁴O Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas – IDCH, está vinculado ao Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC e aprovado pela Resolução Nº 030/2012 – CONSUNI/UDESC.

- Constituir-se em um espaço de guarda de documentação e memória científica relativas às pesquisas que tenham por objeto a sociedade contemporânea em seus aspectos histórico, educacional e sócio-ambiental;

- Catalogar, armazenar, tratar, disponibilizar os resultados das pesquisas nos seus diversos suportes e disponibilizá-la ao público em geral;

- Assegurar a interdisciplinaridade necessária para os estudos na área de Humanidades;

- Estimular a produção, socialização e estruturação de conhecimento gerado pela comunidade científica da FAED e pela comunidade externa;

- Disponibilizar a comunidade acadêmica, redes escolares nos diversos níveis, pesquisadores/as e demais interessados/as, o acesso aos acervos sob a guarda o Instituto.⁵

Para dar alcance a estes objetivos, o IDCH abrange uma série de acervos, produtos e serviços à comunidade de pesquisadores, os quais se podem citar: a Hemeroteca Digital Catarinense; o arquivo do Serviço Nacional de Informação (SNI) que contém os processos dos catarinenses vítimas da ditadura civil-militar; o espaço de documentos da Penitenciária do Estado de Santa Catarina⁶ e, especialmente, acervos pessoais e profissionais de professores/educadores (Márcio Victor Konder (1925-2006)⁷ e Elpídio Barbosa (1909- 1966); com destaque ao espaço Eglê Malheiros e Salim Miguel, intelectuais catarinenses, inaugurado no dia 28 de novembro de 2013. O fundo documental doado ao IDCH comporta cerca de 10 mil peças, a maioria livros e revistas provenientes da biblioteca particular do casal⁸, todos disponíveis à consulta pública bem como objeto de pesquisa acadêmicas.com esta alvo do presente texto.

Assim, higienizar, inventariar, catalogar e descrever o acervo (pessoal) e profissional do educador/intelectual e político catarinense Elpídio Barbosa (1909-1966), é uma das aproximações iniciais que este texto realiza com a finalidade de apresentá-lo como local e fonte de pesquisa. Considerando-o como um patrimônio documental por ser portador de testemunhos de outros tempos, mais do que uma mera contribuição à escrita da História do Tempo Presente e da História da Educação a divulgação deste acervo pessoal se reveste de

⁵Ver a página no endereço: <http://www.faed.udesc.br/?id=1033>

⁶ Projeto “Arquivos Marginais”, coordenado pela Prof^a Dra. Viviane Trindade Borges/ UDESC-SC

⁷ Ver CUNHA, Maria Teresa Santos e SOUZA, Flávia de Freitas. Viver e escrever. Cadernos e escritas ordinárias de um professor catarinense (SécXX). Florianópolis. Editora Insular. 2015.

⁸ Organizado, no IDCH, pela bibliotecária Iraci Borzcz.

importância por ser uma forma de pedagogia indispensável à formação das gerações futuras, por sinalizar, entre outras possibilidades, além dos aspectos relativos à educação em Santa Catarina, aponta para os acervos pessoais como processos de *construção de si*



Figura1:Prédio que abriga o IDCH/FAED/UDESC. Rua Visconde de Ouro Preto.547/ Florianópolis/SC

O Professor Elpídio Barbosa: dados biográficos



Figura 2: Elpídio Barbosa (1909-1966)

Nascido em 1909 em Florianópolis, Elpídio Barbosa começou sua formação escolar no tradicional colégio religioso Colégio Coração de Jesus onde completou o ensino primário em

1916. Em 1922, foi aceito no Colégio Catarinense, de caráter jesuíta, para cursar o ginásio concluindo essa etapa escolar em 1928. Após a conclusão do ginásio, Elpídio encontrou-se apto para exercer o magistério e ingressar no ensino superior. Atuou no magistério na região norte do estado de Santa Catarina e entre 1931 e 1934 foi Inspetor Escolar. Elpídio matricula-se na Faculdade de Direito de Santa Catarina, onde, em 1938 obtém o título de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Dedicado às atividades educacionais, o professor Elpídio ocupou cargos variados dentro de instituições de ensino e legislativas. Foi professor, diretor de grupos escolares, deputado na Assembleia Estadual de Santa Catarina entre 1951 e 1955.

Em 1935, o interventor Aristiliano Ramos o convida para ocupar o cargo de Subdiretor técnico no Departamento de Educação do Estado. Neste cargo fica até o ano de 1940. Foi um dos mentores da Lei Orgânica do Ensino Primário do Estado de Santa Catarina, implantada pelo Decreto Estadual n.º 298, de 13 de novembro de 1946 que referendou as normas da Lei Federal do Ensino Primário, reestruturando o ensino primário catarinense nos moldes da Escola Nova. Entre 1951 e 1955, foi deputado estadual pelo Partido Social Democrático (PSD). No governo de Celso Ramos, em 1963, é nomeado Secretário de Estado da Educação e Cultura. (FIORI, 1991, p.145-146 e PIAZZA, 1985).

Elpídio Barbosa atuou também como professor no Colégio Coração de Jesus, e na Escola Técnica de Comércio de Santa Catarina. Foi professor na Faculdade de Ciências Econômicas, onde exerceu a chefia do Departamento de Ciências Jurídicas. Além disso, integrou o quadro associativo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Sua contribuição ao ensino catarinense se faz presente na estruturação da fundação da Universidade de Santa Catarina. Com o advento da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - UDESC fruto de estudos do Conselho Estadual de Educação, que presidia, aprovada pelo Decreto n. 2.802, de 20 de maio de 1965, implantou-a e foi o seu primeiro dirigente e ali, estava como Reitor, ao falecer no mês de outubro de 1966.

Segundos os estudos de GENTIL (2013) sua trajetória de vida conflui com inúmeras “transformações do Estado brasileiro e o seu sistema de ensino, entre eles alguns marcos educacionais locais e outros nacionais, algumas continuidades e outras rupturas.” Seu acervo é composto, sobretudo, por documentos que demonstram essas transformações na educação, sua busca em manter-se informado e implantar no estado esses novos “caminhos” da educação.

Assim, contextualizar Elpídio Barbosa, a partir de traços de uma biografia, ajuda entender as características do período em que nosso sujeito vivencia suas experiências e fornece vestígios significativos que auxiliam pesquisadores em seus estudos sobre a educação catarinense e as memórias que dela se tem. Sua atuação foi, assim, marcada por suas atuações como professor, político e educador que atuou de forma ativa no delineamento e configuração de projetos educacionais em Santa Catarina, desde a década de 1940 e daí vem a importância desse acervo para a História da Educação em Santa Catarina e no Brasil.

O Acervo do Prof. Elpídio: do manuscrito ao digital

A arte de guardar que compõe a essência da existência dos acervos torna-se necessária no intuito de não apenas preservar memórias, mas também de servir de fonte/documentos à produção historiográfica. Analisando esse processo de preservação tanto da cultura material quanto da imaterial, o historiador François Hartog (2006) denominará a salvaguarda como um “dever de memória” caracterizado pelo seu início mais crescente nos anos 1980. Esse “dever de memória” mostra-se presente em muitos campos, incluindo os acervos. No caso em destaque, o acervo do Prof. Elpídio cumpre esta relação e por sua composição documental anuncia transformações na educação.

Depositado no Instituto de Documentação e Investigação de Ciências Humanas (IDCH - UDESC) é composto por um fundo documental de cerca de duzentas (200) peças entre revistas pedagógicas, catálogos e cadernos com anotações manuscritas, recortes de jornais e colagens contendo cópias de leis, atas de reunião e fotografias escolares que se encontram coladas em seus cadernos, automeados como “tomos” todos relativos à sua atuação na educação em Santa Catarina, entre 1935 e 1966.

Mais focado em seu lado profissional o acervo do Professor Elpídio Barbosa constitui-se como um importante aporte documental que se mostra capaz de evidenciar significativas concepções sobre o universo social e cultural em que esse sujeito histórico estivera inserido, sinalizando também às redes de sociabilidade estabelecidas em seu tempo. Neste estudo pretende abordar o protagonista não só como intelectual “criador”, mas principalmente sua atuação como intelectual “mediador”(PÉCAUT, 1990), prioritariamente composto por divulgadores, editores, professores, jornalistas, etc, e “guardadores” muito frequentemente considerados “menores” ou “ordinários” pela

qualidade de sua produção, pelas mídias utilizadas e pelo público alvo privilegiado, ou seja um educador/intelectual mediador *aquele cuja presença e importância nas várias sociedades e culturas têm grande relevância, porém nem sempre o reconhecimento, conforme os recentes estudos de GOMES e HANSEN (2016,p.9).*

O acervo do professor Elpídio Barbosa chegou ao IDCH em velhas caixas que, aos poucos, foram sendo higienizadas e catalogadas por espécie. Seu escopo é composto por obras relacionadas com sua carreira profissional cuja temática gira em torno da educação, mas os livros são em número reduzido (cerca de 30 livros). O acervo é composto, majoritariamente, por documentos legislativos, impressos educacionais, cadernos com colagens – os “tomos” - que somam, aproximadamente, 200 peças. Merece menção especial a forma como Elpídio Barbosa organizava seu material de consulta: leis e artigos colados em grandes cadernos com capa dura que passamos a denominar de “tomos”.

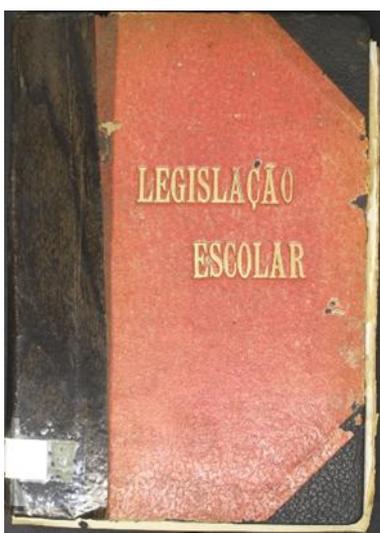


Figura 3: “Tomo” de documentos legislativos do acervo do Prof.Elpidio (1949)

Materializado em papel e tinta (fotos, recortes de jornais e anotações diversas) o acervo pessoal do Prof. Elpídio Barbosa eterniza idéias, saberes, valores, acontecimentos relacionados à educação escolarizada em Santa Catarina. São testemunhos de um outro tempo que, se interpretados, produzirão sentidos ao passado no tempo presente. Segundo Ariane DUCROT (1998), que estuda os acervos pessoais e familiares,

Os documentos não devem ser tratados isoladamente segundo um quadro metódico, e sim ficar agrupados em seus fundos de origem, sendo o fundo o conjunto de arquivos que provêm de uma mesma entidade - repartição,

Nesse texto inicial, a lente estará ajustada à descrição de materiais que poderão oferecer variadas possibilidades de pesquisas, algumas já realizadas e outras em andamento portanto, o intuito é destacar sua constituição e apontar para suas variadas possibilidades de uso. Em função de intervenções já realizadas no acervo, serão apresentadas as revistas do acervo e, nos “tomos”, foram selecionados os registros de suas viagens como inspetor escolar, as comemorações a ele dirigidas e mesmo orquestradas por si ou seus colaboradores e abordadas, em geral, como formas de “construção de si” que caracterizam testemunhos de um tempo e parecem apontar para formas de construir estratégias de legitimação ao seu nome e trabalho e, no limite, forjar uma glória pela sua atuação.

Ao buscar estabelecer uma relação entre o arquivo produzido e a memória que se pretende transmitir, parece conveniente utilizar a conceituação do historiador Laurent Vidal, quando este se refere aos “acervos pessoais”:

Este termo poderia ser definido como o conjunto dos documentos produzidos ou/e pertencentes a uma pessoa, um indivíduo, resultados de uma atividade profissional ou cultural específica. Temos que distinguir os acervos pessoais dos arquivos privados, que podem relevar uma instituição, e, também, dos acervos familiares, que supõem, geralmente, uma transmissão entre várias gerações. O alcance cronológico dos acervos pessoais não ultrapassa a vida do indivíduo que o constituiu. (...) A leitura destes acervos pessoais remete o historiador ao nível microsocial. Sua leitura nos permite ter um acesso privilegiado à sensibilidade de um período, para entender de forma mais aguda como se articula uma vida pessoal com os acontecimentos mais gerais, como um indivíduo reage, antecipa ou encontra um descaminho para escapar de uma realidade difícil. A partir daí, é a compreensão da articulação entre os níveis micro e macro que está em jogo, entre o singular e o geral (VIDAL, 2007, p.6).

Reside, aqui, a importância de problematizar o lugar desses acervos pessoais no campo específico da história porque segundo os estudos de HEYMANN (2013, p.68), o interesse por eles no início dos anos 1990, deveu-se a um novo estatuto teórico aos arquivos como metáfora do cruzamento entre memória, saber e poder e como construção política que orienta a lembrança e o esquecimento.

O levantamento do corpus documental do acervo Elpídio Barbosa, primeiro passo

problematizador desta pesquisa, foi fundamental para a análise da materialidade e conteúdo de cada um dos “tomos”, sempre procurando relacioná-los com o momento profissional em que o educador que os produziu estava inserido. Sobre os temas educacionais, por exemplo, foi interessante observar como o professor mantinha, nos tomos, uma organização dos assuntos por ordem cronológica e linear das publicações, produzindo inclusive índices muito bem elaborados para guiar as consultas,

Ainda que, entre uma página ou outra, sempre fosse possível encontrar registros de trajetórias e experiências outras, dadas a ver por meio de fotografias, correspondências e notícias de jornal; recortes pessoais cuidadosamente selecionados, denotavam sua rede de sociabilidades e uma espécie de preocupação com a construção de sua imagem como homem público. São muitos os recortes de notícias que tratam da repercussão pública de seus discursos e também mensagens e cartas de manifestações e elogios de seus correligionários que, analisados, poderão iluminar um tempo e, principalmente maneiras de auto construir-se. Tais recortes sobre si, privilegiavam a sua atuação profissional e pouco abordavam sua vida pessoal.

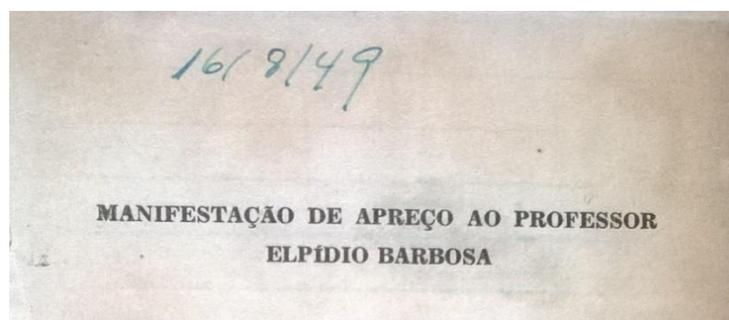


Figura 4: Documento guardado do Tomo/1949

As Revistas EBSA no acervo do Elpídio Barbosa

Sessenta e cinco exemplares da Revista EBSA (Editora do Brasil) entre 1953 e 1964, compõem o acervo do Professor Elpídio Barbosa. A Editora do Brasil S/A foi fundada em 1943 por iniciativa do Dr. Carlos Costa que, junto com autores de livros didáticos e um funcionário da Companhia Editora Nacional, teve por objetivo editar e promover obras didáticas. Visando aumentar sua divulgação e popularidade da editora foi

criada, em 1947, a Revista da Editora do Brasil S/A, uma revista mensal gratuita que possuía como foco informar professores, sobretudo do ensino médio, acerca de notícias sobre a educação. Como mostra o estudo já realizado por

(...) o periódico seria considerado um arquivo prático de informações, úteis ao dia a dia do professor. Por ser um “documentário”, produzia o seu próprio conteúdo, mas também transcrevia as informações de outros documentos. A disposição da base material de EBSA tinha por objetivo permitir aos leitores uma consulta rápida às informações do mês. (...) Os seus editores compilavam artigos, leis, atas de comissões de ensino etc., tudo o que consideravam importante em matéria educacional, de forma a dotar os profissionais da Educação de diversas informações sobre o funcionamento do campo de trabalho. (Katya Mitsuko Zuquim Braghini (2012)

Em 1990, a Revista EBSA saiu de circulação, segundo nota da editora, essa decisão foi tomada devido ao crescente uso da internet que suprimia a função característica de informativo da revista. Os cinquenta e oito (58) exemplares da revista EBSA que fazem parte do acervo demonstram a importância e a fidelidade que a revista atingiu, sendo objeto de uso de um homem tão envolvido e ligado a educação como Elpídio. A coleção encontrada no acervo inicia-se na revista correspondente ao mês novembro de 1953 e seu último exemplar data de julho de 1964. Ao analisar, inicialmente, estes exemplares se pode registrar a estrutura da revista pela permanência de suas colunas de assuntos específicos:

Crônicas do mês: é o editorial da revista EBSA. Apresentava a opinião dos editores da revista sobre os assuntos que seriam tratados naquela publicação;

Legislação: Local de publicação de decretos, leis, portarias, circulares e pareceres;

Súmulas e Destaques: Resumo sobre acontecimentos importante do mês;

Várias: Essa seção tratava de sugestões e uso de novas ferramentas didáticas, anúncio de leis em tramitação e aprovação de novas leis;

Colaboração: Artigos variados assinados por especialista da área de educação;

Opinião do Mês: Essa seção passa a ter mais relevância a partir de 1961, e apresentava e expressava a opinião de especialistas, educadores e assinantes sobre diversos assuntos do universo escolar.

A Revista EBSA constitui-se como um importante guia, em seu período de publicação, sobre os rumos da educação no país. Seus números, notadamente estes guardados entre 1953 e 1964 pelo professor catarinense Elpídio Barbosa, anunciam as legislações, leis e mudanças governamentais na educação brasileira, mas também contribuem para (re)conhecer os temas e assuntos que mobilizavam os professores relacionados as várias esferas da educação.

Nessa perspectiva a presença de exemplares da revista no acervo de Elpídio Barbosa carrega consigo possibilidades futuras para reflexões sobre a forma como Elpídio buscava informar-se acerca das diversas mudanças que ocorreram em seu período. De igual maneira, a Revista EBSA, como um impresso educacional (BASTOS, 1997) pode trazer aos nossos dias novas facetas de um sistema educacional que apresentava dificuldades e desafios distintos dos nossos, sendo portanto uma fonte importante para novas pesquisas, notadamente as que se relacionam com o Ensino Médio no Brasil. Resenhas e indicações de livros editados, entrevistas com educadores renomados como Lauro de Oliveira Lima, eram presença constante nas páginas da EBSA o que leva a considerar ser o periódico uma trincheira de ideias que alimentavam sua atuação profissional.

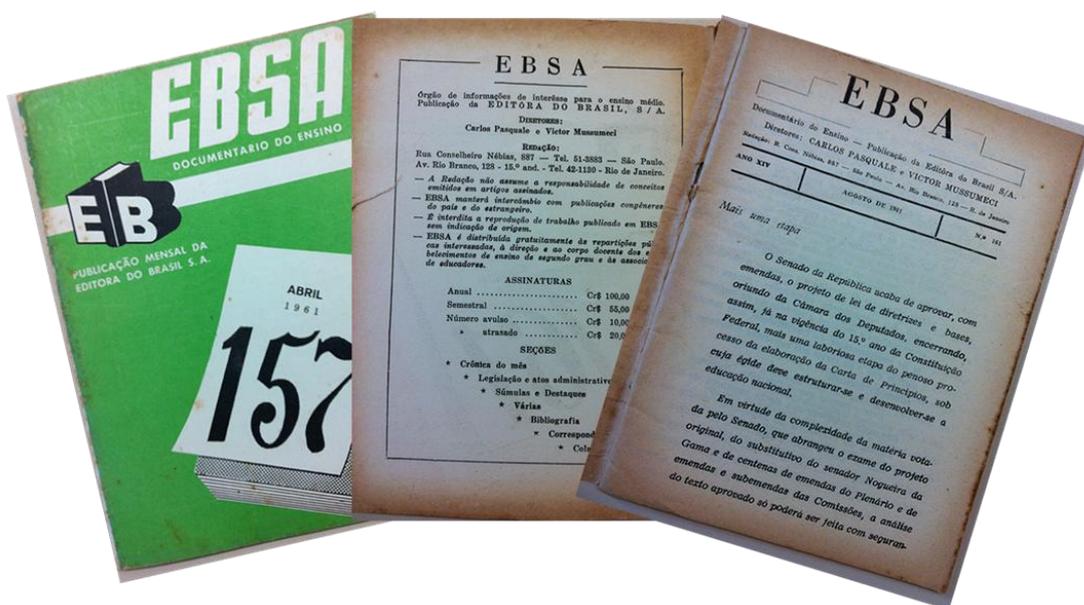


Figura 5: Revistas EBSA/Acervo Elpídio Barbosa

No Acervo: Registros e imagens de visitas às escolas e comemorações

Outro material presente no acervo são as fotografias presentes nos materiais

mencionados, em que se pode inferir uma análise da construção de si, posto que as imagens foram selecionadas e colocadas nos tais tomos pelas próprias mãos de Elpídio Barbosa visando, possivelmente, a posterior salvaguarda desse material.⁹

Estudos iniciais permitem perceber a recorrência dos registros visuais relativas às suas visitas, quando era inspetor escolar na década de 1930/40, às escolas tanto em Florianópolis como no interior do Estado, mas também fotografias de festas em comemoração ao seu aniversário no dia 02 de setembro, fatos que auxiliam corroborando o argumento inicial anunciado sobre diferentes formas de “construção de si”.

Além disso, a própria constituição imagética e fotográfica é de inferir problemáticas, uma vez que as poses e os flagrantes registrados (MAUAD,2008) propiciam pensar em ressonâncias das muitas das questões que permeavam o período, como por exemplo, a representação hierárquica na fotografia, com o protagonista sempre em primeiro plano, o que instaurava uma ordem; a presença de equipes diretivas das escolas visitadas que anunciavam consonância, apoio e obediência ao projeto educacional associado aos pressupostos da Escola Nova. As fotografias anunciam este momento de inserção pelas visitas e processos de legitimação pessoal pela construção de si e pela incidência de comemorações de cunho pessoal.

⁹ Trabalho em realização pelo acadêmico Lucas Kammer Orsi, do Curso de História/FAED/UEDESC, sob minha orientação, que já digitalizou cerca de 35 fotografias escolares que constam dos tomos.



Figura 6. Elpídio Barbosa em visita à Escola Normal – Florianópolis - dirigida pela Professora Antonieta de Barros, de branco ao seu lado.

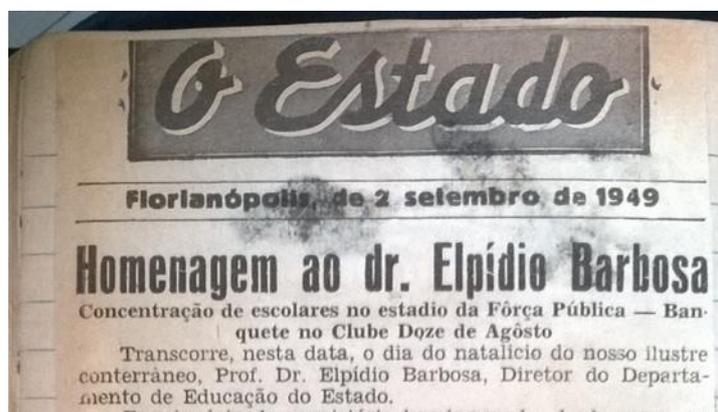


Figura 7: Notícia sobre homenagem a Elpídio Barbosa, em seu aniversário

Pelo acervo: Possibilidades

A pesquisa nesse acervo pessoal, depositada no IDCH, continua pois as informações são muitas e os caminhos para realiza-la são infindáveis. Refazer os passos dessa trajetória é uma atividade hermenêutica construída a partir da observação, interrogação, interpretação

e comparação desses registros aparentemente aleatórios procurando sempre dar-lhe um sentido que partem de uma intenção verossimilhante.

Na qualidade de um mediador de saberes, o professor Elpídio Barbosa registrou e perenizou, pela guarda e pela escrita nas páginas desse conjunto de materiais (tomos, fotografias, anotações diversas), suas inquietações, experiências, conhecimentos, intercâmbios culturais e vestígios de suas relações sociais. Cabe ao historiador a tarefa de se debruçar-se sobre essa fonte privilegiada, definir o campo historiográfico que pretende abordar e considerando a dimensão subjetiva dessa documentação, suscitar o debate das relações entre história e memória. Ao estabelecer um sistema teórico-metodológico de crítica dos documentos, a pesquisadora Ângela de Castro Gomes considera que os acervos pessoais apresentam-se como objeto de estudo com múltiplas possibilidades de investigação e interpretação, reafirmando que sua inquirição de forma isolada não tem a pretensão de revelar a reconstrução do passado e sim indagá-lo a partir do olhar de quem registrou.

A escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela “sua verdade”. (...) o que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu, experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento. (GOMES, 2004, p. 14)

Por outro lado, a questão consiste em saber que uma memória ainda que produzida individualmente, é uma representação e está repleta do pensamento social que envolve o sujeito. A própria afirmação recorrente de que a trajetória individual se transforma ao longo do tempo, remete ao fato de que estamos muito bem afinados com o universo social que nos cerca. Os atrativos ou elementos das lembranças pessoais, que parecem pertencer exclusivamente àquele que as produziu, podem perfeitamente estar contidos nos meios sociais como parte de uma construção coletiva: “Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (HALBWACHS, 1990, p.50). Cabe ainda situar, conforme reflexão de Maurice Halbwachs, que a aventura pessoal da memória embora proveniente de experiências individuais, também é resultado de mudanças produzidas pelas interações e relações estabelecidas com os grupos e espaços de sociabilidade nos quais o

sujeito se insere. Essa combinação entre a “memória individual” e a “memória coletiva” definem as múltiplas experiências do tempo.

A ampliação do interesse historiográfico por acervos pessoais, em mais especificamente sobre as chamadas “escritas ordinárias”, tem se tornado crescente. Seu uso representa uma mudança significativa na construção de uma história da escola e um marco que revolucionou as práticas pedagógicas. Segundo Antônio Castilho Gomez novos eixos de produção científica tem se delineado em torno desse material: além de estudá-los como dispositivos pedagógicos, pesquisadores tem se dedicado a estudar sua relação com a cultura e cotidiano da escola; sua materialidade e dimensão gráfica e textual, como forma de observar como os produtores de conteúdo se relacionam com cultura escrita; além de perceber características que vão além da produção individual e mediação,

Segundo (CASTILLO, 2011, p. 68) a instrumentação política da escola e as relações de poder por ela sofrida, em que se destacam os distintos enfoques considera “esses escritos como fontes para analisar as representações do imaginário político e social inscritos neles”.

Conclui-se portanto, que o estudo de acervos pessoais trazem implícitos em sua essência, vestígios das dimensões temporais/históricas projetadas pelo passado, que demonstram o dinamismo e a amplitude dos interesses humanos, frequentemente alterados com o passar do tempo. É papel do historiador construir o objeto histórico a partir desse passado deduzido, definindo-o historicamente pelo uso de procedimentos metodológicos, próprios de seu ofício, cujos critérios serão responsáveis por dotá-lo de uma “validade universal” (CHARTIER, 2009, p.16). Os embates presentes entre o momento de doação e a triagem institucional são aqui tomados como parte de um processo de patrimonialização que inclui a consolidação de uma memória. Busca-se, finalmente mostrar que a dimensão de memória de um tempo pode ser forjada por variadas perguntas que o objeto suscita ao historiador em cada situação em que é utilizado.

A reflexão, finalmente realizada, sobre um educador/professor e inspetor, que em determinado período de sua vida, resolveu constituir “tomos” com diversos recortes sobre sua vida profissional e guardá-los.. De igual maneira, o fato de guardar, registrar e *arquivar sua vida* permitiu ao historiador do tempo presente o acesso a determinadas temporalidades ou temporalidades anteriores e que, podem principalmente dizer sobre o próprio presente, através da relação entre passado e presente e os usos que este passado adquiriram na

atualidade. Segundo Koselleck (2014), observar os acontecimentos através de suas camadas, seus estratos de tempo ou estratos de experiências que permanecem ou se modificam em velocidades próprias permite ao historiador se perguntar “quanto de passado tem no nosso presente”? Ainda que estes documentos - tenham *poder de veto*, é possível com base nelas, fazer uma série de apontamentos e interpretações sobre modos de se portar, de ver e lembrar como era a vida de pessoas em outros tempos. Podemos visualizar projetos sendo colocados em prática, pessoas, culturas políticas do período.

Entre visitas escolares e comemorações pessoais, o acervo pessoal deixado por Elpídio Barbosa e aqui apenas entrevisto em uma pequena parcela, autoriza a refletir sobre tempo, história e acontecimento e pode, enfim, atestar a existência de um passado que caracteriza e reverbera, hoje, a experiência no e do tempo.

Referências:

ABREU, Regina.(1996).*A fabricação do imortal.memória,história e estratégias de consagração*.Rio de Janeiro, Editora Rocco.

ARTIÉRES, Philippe. (1998).Arquivar a própria vida.*Estudos Históricos*.Rio de Janeiro, v.11,nº21,p.0

BASTOS, Maria Helena Camara (1997). As Revistas Pedagógicas e a atualização do professor: A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1992).In: CATANI, Denice Bárbara e BASTOS, Maria Helena Camara. Educação em Revista. *A Imprensa Periódica e a História da Educação*. São Paulo: Editora Escrituras.(pp. 47-76)

BÉDARIDA, François. (2001) “Le temps presente et l’historiographie contemporaine”. In: Vingtième Siècle – Revue D’Histoire, n.69, Janvier/mars.

<http://www.caim.info/revue-vingtieme-siecle-revue-d--histoire-2001- page-153.htu>

Acesso em 17 de abril de 2016.

BELLOTTO, Heloísa L. (2006) *Arquivos Permanentes. Tratamento Documental*. Rio de Janeiro: FGV.

BOSI, Ecléa.(2003).*O tempo vivo da memória. Ensaio de Psicologia Social*. São Paulo.Atelê Editorial.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. (2012). Revista da Editora do Brasil S/A – EBSA (1946 – 1960): periódico educacional “pioneiro” no gênero. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, pp. 63 – 76.

CALLIGARIS, Contardo (1998).. Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.11, nº21.

CASTILLO, Antônio. (2012) Educação e cultura escrita: a propósito dos cadernos e escritos escolares. *Educação*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 66-72, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/209044029/CASTILLOGOMEZ-CadernosEscolaresCulturaEscrita>. Acessado em 05 de junho de 2016.

CHARTIER, Roger (2009). *A História e a Leitura do Tempo*. Belo Horizonte: Autêntica

CUNHA, Maria Teresa Santos (2014). Do traçado manual ao registro digital: O acervo pessoal e profissional do professor catarinense Elpídio Barbosa (1909-1966): dimensões e Possibilidades. Florianópolis: Editora UDESC. 45 pp. (Projeto de Pesquisa).

CUNHA, Maria Teresa Santos e SOUZA, Flávia Freitas de. (2015) *Viver e escrever: cadernos e escritas ordinárias de um professor catarinense (século XX)*; Florianópolis. Editora Insular.

DUCROT, Ariane. (1998). A Classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Revista Estudos Históricos*, Vol. 11, n. 21 p. 151-167.

FARGE, Arlette. (2009). *O sabor do arquivo*. São Paulo: EDUSP.

FIORI, Neide Almeida (1975). *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano*. Florianópolis: Secretaria da Educação.

GENTIL, Flávio Welker Merola. (2013) *Conteúdo do 2º tomo: entre memórias e experiências de Elpídio Barbosa na inspeção escolar (Santa Catarina 1930-1940)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Curso de História, Florianópolis. Disponível em :<<http://pergamumweb.udesc.br/dados-bu/000019/000019ad.pdf>>. Acesso em: 15 abril de 2016.

GOMES, Ângela de Castro (org.) (2004) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV

_____ e HANSEN, Patrícia dos Santos (orgs). (2016). *Intelectuais mediadores. Práticas Culturais e Ação Política*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira

HALBWACHS, Maurice (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice.

HARTOG, François. (2006) Tempo e Patrimônio. *Varia História*, Belo Horizonte, v.22, n.36, p.261-273, jul-dez.

HEYMANN, Luciana Quillet (2013) Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In: *Arquivos Pessoais. Reflexões Multidisciplinares e Experiências de Pesquisa*. Organização Isabel Travancas,

Jöelle Rouchou, Luciana Heymann. Rio de Janeiro: FGV, p. 67-76.

_____.(2009). O indivíduo fora do lugar,*Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte,nº2, p.40-57, jul-dez.

_____(1997). Indivíduo, memória e resíduo histórico:uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Muller.*Estudos Históricos*. Rio de Janeiro:CPDOC/FGV,n.19.p.45-56

KOSELLECK, Reinhart, (2014). *Estratos do tempo. Estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto:PUC-Rio de Janeiro.

MAUAD, Ana Maria (2008). *Poses e flagrantes. Ensaio sobre História e Fotografias*. Niterói. Editora da UFF.

OLIVEIRA JÚNIOR, Joeci.(2016) Um educador-deputado.A atuação do Professor Elpídio Barbosa na Assembléia Legislativa de Santa Catarina (1951-1955).Trabalho de Conclusão de Curso.Departamento de História/FAED/UDESC.(Orientação de Maria Teresa Santos Cunha).

PECAUT, Daniel. (1990) *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática S.A.

PIAZZA, Walter Fernando.(1985). *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

RANUM,Orest.(1992).Os refúgios da intimidade. In:ARIÉS, Philippe e CHARTIER,Roger (orgs). *História da Vida Privada. Da Renascença ao século das luzes*.São Paulo: Companhia das Letras.

RIBEIRO, Renato Janine. (1998). Memórias de si ou... *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.11,nº21, p.35-42.

VIDAL, Laurent. (2007) *Acervos pessoais e memória coletiva: alguns elementos de reflexão*. FCLAs – CEDAP, Campinas, v.3, n.1., p.3.